

Visita a presos será garantida

Secretaria de Segurança Pública monta esquema para evitar que policiais civis em greve impeçam visita a presidiários

Polícia Militar vai acompanhar as famílias de detentos desde o embarque em ônibus na Rodoviária até a Papuda

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) decidiu: vai garantir a visita, amanhã, aos presos do Complexo Penitenciário da Papuda, mesmo que, para isso, tenha que entrar em confronto com os policiais civis em greve. "Esperamos contar com o bom senso da Polícia Civil para que não haja conflito, porque vamos exercer nosso papel e usar as forças que dispomos para garantir a visita", afirma a chefe de gabinete da secretaria, Elenice Guerra.

O presidente do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol), Hugo de Sousa Silva, por sua vez, garante que não será impedida a visita aos presos, mas adverte que a categoria estará preparada para intervir. "Se nosso pessoal (agentes penitenciários) que estiver lá dentro correr qualquer risco de vida, principalmente no caso de uma rebelião, nós entraremos de qualquer jeito", avisa ele.

Esquema

A SSP providenciou um esquema de segurança já a partir do embarque dos visitantes. Os ônibus com destino à Papuda sairão do estacionamento posterior do Teatro Nacional em apenas dois horários, às 8h e às 10h, amanhã e depois. O local de embarque original, a Rodoviária, "é uma área de grande movimento e no teatro fica mais fácil garantir o embarque", explica Elenice Guerra.

A Polícia Militar, acionada pela Secretaria de Segurança para apoiar toda a operação, estará no Teatro Nacional e acompanhará os ônibus em todo seu trajeto até a penitenciária. Para Hugo Silva, todo este aparato é desnecessário. "Não vamos impedir a visita. Mas estaremos lá na Papuda para panfletar e alertar a população para o risco que estará correndo ao entrar na penitenciária sem a proteção do pessoal especializado", avisa Hugo.

O presidente do Sinpol considera que será uma visita bem fragilizada, uma vez que o pessoal da área não estará trabalhando. Segundo ele, os presos sabem "que a segurança não será a de sempre, que a revista não será bem feita e aquilo lá, que normalmente é um barril de pólvora, pode ficar ainda mais perigoso. O governo está fazendo, então que arque com a responsabilidade".

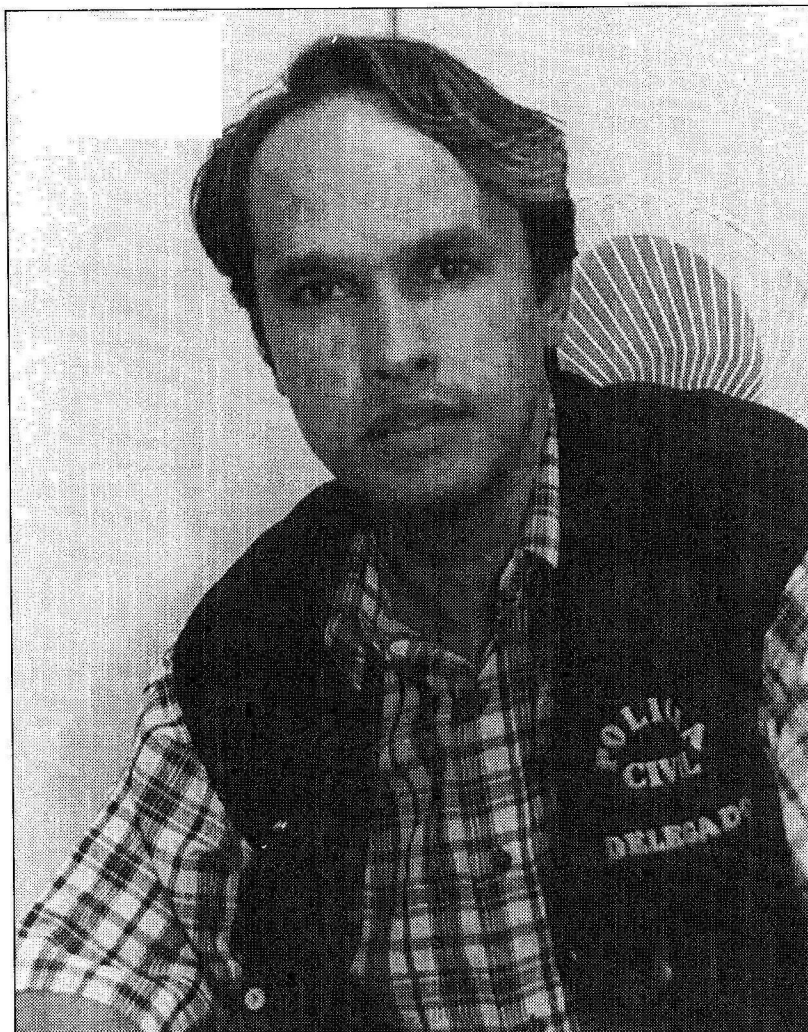
Segurança

Apesar de não detalhar o esquema montado, "por questões estratégicas", Elenice Guerra diz que o governo está trabalhando com uma grande margem de segurança, já que resolveu garantir a visita. A Polícia Militar se encarregará da revista dos visitantes e dos presos e de facilitar o acesso ao presídio. "Esta estratégia de transformar preso em refém é absurda", afirma Elenice.

A SSP garante que não há conflito entre a sua decisão e a liminar obtida pelo Sinpol, em março, junto ao Tribunal de Justiça do DF. A liminar impede outros servidores de praticar qualquer ato de polícia judiciária. "A revista, por exemplo, não se enquadra nesses casos", diz Elenice Guerra.

O coordenador do Complexo Penitenciário, Hertz Andrade, lembra que a Lei de Execuções Penais assegura o direito à visita e que o complexo não é ligado à Polícia Civil e sim à Secretaria de Segurança. Andrade afirma que, para diminuir o risco de uma rebelião no presídio, o esquema de segurança foi reforçado e visitas têm sido realizadas quase que diariamente. No Complexo Penitenciário, estão internos 1.940 presos, que recebem uma média de 1.000 visitantes a cada sábado e domingo.

NELZA CRISTINA
Repórter do **Jornal de Brasília**



HERTZ Andrade: lei penal assegura a visita aos presos

Negociação com GDF emperra

Ninguém se arrisca a fazer um prognóstico sobre o fim da greve dos policiais civis. Segundo a chefe de gabinete da Secretaria de Segurança, Elenice Guerra, houve um acirramento nas negociações nos últimos dias. "O GDF já avançou até onde podia e agora depende de uma carga de boa vontade do governo federal para resolver o problema", diz ela.

O presidente do Sindicato dos Policiais Civis (Sinpol), Hugo de Sousa Silva, afirma que a greve é por tempo indeterminado e que só o governo local pode determinar o seu fim. "O GDF precisa pressionar a União. Colocar no contra-cheque a Gratificação por Operações Especiais (GOE) e deixar que o governo federal decida se paga ou não. Com isso, voltamos a trabalhar", garante Silva.

Elenice Guerra conta que está sendo elaborada uma

minuta de projeto de lei para encaminhar ao Ministério da Justiça, incorporando a GOE ao salário dos policiais, à exemplo do que já ocorre com a Polícia Federal. "A GOE é lícita e devida mas o governo do DF não tem como pagar e o dever é do governo federal", explica Elenice.

De acordo com ela, o governo cedeu no tíquete-alimentação (R\$ 350 mil por mês) e na isonomia interna, que pagará com recursos retirados de custeio. A isonomia aumenta em 1,05% a folha de pagamento da polícia civil, que chega a R\$ 15 milhões. Os demais passivos reivindicados pelos policiais — como o do tíquete, que está em torno de R\$ 10 milhões —, Elenice afirma que não tem como ser pago agora. "Estamos sempre prontos a negociar, mas eles têm que ceder um pouco. Nós já cedemos no que era possível", avalia. (N.C.)

Arquivo